



# **A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO A PARTIR DAS REDES PESSOAIS: ESTRATÉGIAS DE INFORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO BENEDITO NO NORTE FLUMINENSE**

FERNANDA SABINO\*

**Resumo:** Esse artigo tem por objetivo analisar o processo de formação do sujeito político coletivo na comunidade quilombola de São Benedito a partir de sua interação com agentes externos. Nesse processo articulatório, é importante levar em consideração a rede que se forma envolvendo esses atores. Busca-se compreender que papéis desempenham tais atores, cabendo saber como se articulam numa rede que reconfigura o território, a partir do momento em que membros de uma comunidade quilombola, localizada numa cidade pequena, ligam-se a agentes externos, cujas práticas e ações ocorrem em diferentes cidades.

**Palavras-chave:** Sujeito político. Quilombola. Redes. Agentes externos. Movimentos sociais.

**The formation of the political subject from social networks: information strategies of the quilombola community from São Benedito in Norte Fluminense**

**Abstract:** This article aims to analyze the process of formation of the collective political player in the quilombola community of São Benedito from its interaction with external agents. In this articulatory process it is important to consider the network that is formed involving these actors. It is important to understand what roles these actors play, knowing how they are articulated in a network that reconfigures the territory from the moment that members of a quilombola community located in a small city are linked to external agents whose practices and actions occur in different cities.

**Keywords:** Political player. Quilombola. Social networks. External agents. Social movements.

---

\* Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: fernandasbastos@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de analisar como membros de uma comunidade quilombola em situação de ex-territorialidade se organizam a partir de uma rede de diálogo que propicia um fluxo de informações capaz de mobilizar ações direcionadas à satisfação das demandas comunitárias, dentre elas a principal, que é a titulação territorial e o reassentamento. Nesse processo, é considerada a interação dessa comunidade com uma série de agentes externos<sup>1</sup> a ela.

Busca-se compreender a atuação dessa comunidade e os papéis que desempenham os atores, cabendo saber como se articulam em rede no processo de formação do sujeito político coletivo. Para pensar as articulações que envolvem esses atores, é importante recorrer à teoria das redes sociais, pela qual os actantes são definidos a partir do papel que desempenham e a partir da extensão e efeitos que suas ações produzem na rede. (LATOUR, 2012).

Isso ocorre num contexto em que membros comunitários, desterritorializados, já não residem no território que demandam, mas encontram-se dispersos nos diversos bairros da cidade de São Fidélis, interior da região Norte Fluminense, fixando moradia e estabelecendo suas relações sociais e de produção. Esses atores organizam-se numa rede que ultrapassa os limites da referida cidade, em busca de informação, parcerias, suporte técnico e jurídico, com vistas a operacionalizar o conhecimento adquirido em ações que culminem na titulação territorial.

A rede de diálogo que se inicia na pequena cidade de São Fidélis expande-se entre os membros comunitários e alcança cidades maiores como Campos dos Goytacazes, também localizada na região Norte Fluminense, e metrópoles como Rio de Janeiro e Brasília. Nestas cidades informação, apoio e parcerias são encontrados e contatos estabelecidos.

Nesse contexto podemos citar a assistência de organismos como as associações de representação quilombola CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas) e ACQUILERJ (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro); IDANNF (Instituto de Desenvolvimento Afro Norte e Noroeste Fluminense); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Defensoria Pública Estadual e Federal; Ministério Público estadual e Federal; Polícia Federal, bem como membros do legislativo Federal.

Assim é possível perceber que os membros da comunidade em articulação uns com os outros formam uma rede que extrapola os limites da cidade de São Fidélis, onde residem, e alcança as demais cidades de maior porte. Cidades maiores em que encontram o suporte que buscam e que são palcos de reivindicações de grupos maiores como os Movimentos Sociais. Os membros comunitários ligam-se aos organismos já citados e dentre eles há atores que integram movimentos sociais, que compartilham informações, estratégias de ação, valores e apoio.

Tudo isso parte de um cenário macro e vai ao encontro do micro que engloba a comunidade quilombola de São Benedito e seus membros.

Esse estudo é recorte da minha tese de doutorado intitulada *A formação do sujeito político a partir das redes pessoais: o fazer da autonomia em duas comunidades quilombolas do Norte Fluminense*, defendida em julho de 2018. Na tese em questão tratei da emergência do sujeito político e sua busca por autonomia a partir das redes de diálogo em duas comunidades quilombolas situadas na região Norte Fluminense: Machadinho e São Benedito.

A escolha da comunidade de São Benedito como foco da análise contida nesse artigo deve-se ao fato de que tal comunidade encontra-se desterritorializada e pessoas que vivem numa cidade pequena, e dispersas por seus bairros, estabelecem uma rede de relações entre si e com agentes externos, onde a mediação política permite uma reconfiguração do território.

O artigo estrutura-se em três partes: primeiramente faço uma breve contextualização da comunidade de São Benedito e de São Fidélis, que é uma cidade do interior, a fim de mostrar como a questão do território é fundamental para se pensar essa comunidade quilombola, alijada de seu território.

Nesse sentido, o território é aqui pensado nas suas múltiplas dimensões, conforme Henri Lefebvre (2006): um espaço enquanto espaço social. Destarte, quando um ator se apropria do espaço ele territorializa esse espaço, que se torna “o espaço onde se projetou um trabalho; seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

Por isso que quando se diz que os quilombolas da comunidade São Benedito estão desterritorializados, pretende-se dizer que eles estão destituídos de um espaço que engloba a história, memória, tradição e identidade de um povo, vividas e compartilhadas. Assim, para essas pessoas, território é muito mais do que apenas o espaço físico.

Na segunda parte do artigo é feita a delimitação do tema juntamente com um aporte teórico que permite entender como uma rede engloba uma multiplicidade de atores que não estão apenas circunscritos à comunidade de São Benedito ou à cidade de São Fidélis. Esses atores fazem parte de diversas organizações, instituições e movimentos sociais. Suas informações e práticas têm impacto nessa rede.

Tratar de redes pessoais implica entender que as pessoas não estão sozinhas no tecido social, mas que se relacionam o tempo todo com seus semelhantes. E essas relações são fundamentais para apreender-se a estrutura da rede. Assim, os dados coletados permitem identificar quem são os atores da rede e que papéis estes desempenham.

As relações que se dão no ínterim das redes estão ligadas às escolhas e aos comportamentos dos sujeitos. O indivíduo não é sozinho; o seu meio social contribui para orientar suas possibilidades de escolha. Podemos dizer que a possibilidade de construção de um sujeito político coletivo cresce com seu entorno.

Interessa entender como o sujeito político se mobiliza coletivamente. Pensar na interação dos indivíduos em redes sugere que há uma simbiose, uma vez que há um movimento do coletivo que influencia o individual e do individual para o coletivo.

Para ilustrar o que se diz pode-se pensar na dinâmica dos movimentos sociais, mais especificamente os Novos Movimentos Sociais, que atuam em torno da Cultura e Identidade, através de uma pauta reivindicatória coletiva que agrega interesses e ações de diferentes grupos que buscam alterar hábitos e valores sociais e pressionar o Estado por políticas voltadas para esses grupos.

Para o caso estudado, os Novos Movimentos Sociais exemplificam o coletivo influenciando o individual, uma vez que o Movimento Negro é um dos movimentos que integra o quadro dos Novos Movimentos Sociais.

Ligados direta ou indiretamente ao Movimento Negro estão diversas instituições, como ONGs, Universidades (através de grupos de pesquisa), Institutos, associações de representação quilombola etc., que atuam em comunidades quilombolas desenvolvendo projetos e parcerias. O Movimento Negro e essas instituições, ao atuar e estabelecer presença nas comunidades mantêm contato com seus membros, fazendo circular informações e levando a esses membros sua pauta de luta, o que muitas vezes influencia diretamente o comportamento individual de alguns membros comunitários que passam a se engajar mais, buscando maior participação política, procurando mais conhecimentos e lutando pela conquista de determinados direitos.

No movimento inverso, ou seja, o individual influenciando o coletivo, pode-se dizer que de posse da informação e conhecimento adquiridos, e no contato com participantes dos Movimentos Sociais em questão e instituições citadas, alguns atores passam a se envolver e a atuar de forma mais engajada nos quadros desses movimentos, buscando dar maior visibilidade às suas causas, como é o caso das comunidades quilombolas, que lutam por regularização fundiária e seus membros, que atuam na esfera pública publicizando suas demandas e dificuldades.

Na terceira parte do artigo o foco é a análise da rede de diálogo que se forma entre os membros comunitários e como informação, estratégias e modos de agir obtidos em contato com um universo mais amplo são operacionalizados de forma a auxiliar na satisfação das demandas comunitárias; e como essa rede e a informação que nela circula permitem que esses sujeitos tornem-se sujeitos políticos no processo.

A observação da rede de diálogo que se forma envolvendo membros comunitários como principais elementos, mas que por sua vez estabelecem relações com atores diversos, como os citados anteriormente, auxilia a entender quem são esses atores, como se relacionam entre si e com as instituições. Na tessitura da rede é possível encontrar atores centrais, que têm um papel-chave no processo articulatório, na propagação e circulação da informação e dos recursos. Esses atores também dispõem de maior poder sobre os demais, podendo influenciá-los. Eles seriam um ponto central da rede.

Há ainda outros atores que se caracterizam como elos secundários, compondo subgrupos que, ligados aos atores centrais, propiciam um maior alcance das informações que circulam na rede, bem como agregam em torno de si, por suas capacidades de circulação e contato, outros sujeitos que não se relacionam diretamente com os atores-chaves. Os elos secundários são responsáveis por uma dinamização da rede e gozam do reconhecimento dos outros agentes. Até chegar aos demais atores a informação circula de maneira indireta na rede.

A maneira com que uma rede se forma e se organiza é determinante, uma vez que é essa estrutura que permite interações entre atores e a consequente circulação de informação.

A ação individual é o foco da análise que se funda na rede composta pela relação de indivíduos em interação. As redes têm um papel de grande importância no acesso a direitos como moradia, emprego, educação, saúde, dentre outros.

Estudando os esquemas relacionais de cada ator em contato e como esses esquemas evoluem com eles é possível entender melhor como esses sujeitos se inscrevem na sociedade, suas relações com movimentos sociais, instituições etc.

Convém dizer que a rede pessoal que se tece em torno do sujeito (suas relações com família, amigos e instituições) compõe um pequeno *ethos* que é um pedaço da sociedade. A rede orienta histórias de vida e características da rede, como tamanho, composição e estrutura, vão se modificando no curso de interação dos atores; por conseguinte, relações são estabelecidas, renovadas ou desaparecem (BIDART, 1997).

Nesse contexto, interessei-me por compreender a mobilização dessa comunidade quilombola, entendendo-a não como sujeito passivo no processo de mediação política, mas em constante articulação, inclusive com atores que vivenciam a realidade de cidades maiores. Isso envolve o contato constante com experiências de outras comunidades, entidades, organizações, universidades e associações quilombolas que atuam interligadas e constantemente mobilizam-se para acessar políticas públicas, compartilhar conhecimentos adquiridos e informações. Por isso, pus-me a indagar sobre a formação de um contexto de articulação e discurso integrado por aquele que tem sido considerado subalterno, despreparado para a autorrepresentação (SPIVAK, 2014).

## A COMUNIDADE DE SÃO BENEDITO

A comunidade quilombola de São Benedito localiza-se em São Fidélis, município da região Norte Fluminense, interior do Estado do Rio de Janeiro e conta com 160 famílias cadastradas na associação de moradores da comunidade.

A cidade de São Fidélis foi, durante o final do século XVIII e parte do século XIX, uma aldeia indígena fundada por padres Capuchinhos. Nessa região havia muitas fazendas, onde o trabalho escravo de negros foi abundante e muito utilizado<sup>2</sup>.

O histórico de surgimento da fazenda São Benedito remonta a meados do século XIX. Essa foi uma das fazendas mais prósperas da região até um período de crise, que teve seu ápice com a abolição da escravatura (ARAÚJO, 1932).

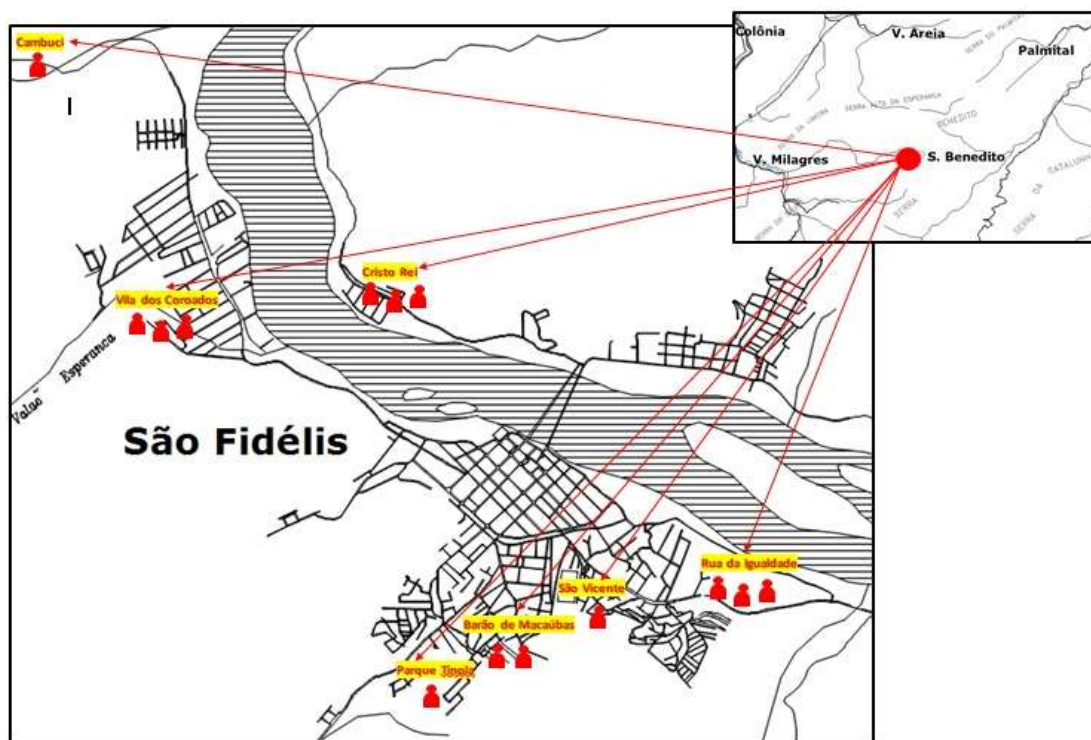
Com a falência e morte do Barão, a fazenda precisou ser vendida para saldar dívidas. Os ex-escravos da fazenda começaram, então, a ocupar as terras num sistema de colonato. Essa dinâmica aconteceu até que a fazenda fosse vendida para um fazendeiro da região nos anos de 1960.

Os relatos dos membros da comunidade quilombola São Benedito remontam ao período da escravidão nessa fazenda, perpassam pelo pós-abolição, quando a comunidade viveu no sistema de colonato, e vão até começarem a ser expulsos na década de 1960, processo que se acentuou nos anos de 1980 e alcançou seu ápice nos anos 2000.

Hoje em dia a comunidade encontra-se fora de seu território e dispersa por bairros da cidade de São Fidélis, sendo os principais: Parque Tinola, Vila dos Coroados, Cristo Rei, Penha, Recanto da Penha, Igualdade e São Vicente de Paulo. Há também moradores na zona rural, como na

localidade de Palmital e Vargem Grande; há ainda pessoas que moram fora da cidade de São Fidélis, como Cambuci e Rio de Janeiro.

**Figura 1 – Mapa de São Fidélis.**



**Fonte:** <<http://www.saofidelisrj.com.br/municipio/Mapas-do-Municipio-de-Sao-Fidelis-RJ>>.

Uma vez removidos das terras onde a principal atividade econômica era a agricultura, e impossibilitados de exercê-la em território urbano, muitos precisaram se adaptar a outras profissões, assim o perfil de ocupação de seus membros varia e podemos encontrar dentre eles trabalhadores rurais, domésticas, aposentados, biscateiros, servidores municipais, pedreiros, desempregados, trabalhadores informais, estudantes, etc. Muitos não possuem sequer carteira assinada.

Esse grupo de pessoas demanda a regularização fundiária, bem como o retorno e assentamento nas terras. Desde o ano de 2006, os moradores têm se organizado para coletivamente conseguir seus objetivos de titulação fundiária. Sua identidade se funda no fato de terem um passado em comum nas terras da fazenda, serem descendentes dos ex-escravos e de terem sido colonos e posteriormente de terem sido removidos de um território a que consideram ter direito de permanência.

É importante ressaltar aqui que a relação dessas pessoas com a terra está para além de uma questão de mera posse territorial. Pelos relatos colhidos em entrevistas, sobretudo com os mais antigos, fica claro que a relação de memória e identidade que os liga a essas terras é muito grande. O passado, para os que moraram na fazenda, é lembrado com forte sentimento do que foram, do que sentiram, do que experimentaram um dia e a esperança do retorno alimenta esse pertencimento.

Para lutar por suas demandas, a comunidade mantém-se unida e encontra-se em reuniões realizadas mensalmente na sede da Banda Musical 22 de Outubro da cidade de São Fidélis e conta com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município.

Após enfrentar articulações políticas dos fazendeiros e a morosidade do INCRA para o andamento do processo, após articulações com a CONAQ e ACQUILERJ, Ministério Público Federal, bem como com lideranças políticas no nível Federal, o processo de titulação fundiária encontra-se hoje em dia na Casa Civil, aguardando assinatura e decreto presidencial.

No entanto, uma série de descaminhos na política brasileira têm dificultado essa titulação. O ex-presidente da República, Michel Temer, em 2017 suspendeu as demarcações de terras quilombolas, alegando que era necessária a conclusão do julgamento sobre o caso de legalidade do processo de demarcação territorial. Esse processo envolvia uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. A ADIN 3.229, encaminhada em 2004 pelo PFL, atual DEM, questionava os critérios para a demarcação territorial, bem como a autoidentificação dessas comunidades.

Questionava-se a constitucionalidade do decreto 4887/03, que altera os trâmites da regularização fundiária, que antes era de competência da Fundação Palmares e que após o decreto passa a ser de competência do INCRA.

Apesar de o julgamento já ter ocorrido e a constitucionalidade do decreto confirmada em 08 de fevereiro de 2018, a comunidade segue aguardando a titulação territorial.

A comunidade tem-se encontrado periodicamente, nas reuniões da associação de moradores, que ocorrem mensalmente, para debater esse problema, bem como para tratar de questões internas, como pessoas que querem desistir de tudo em virtude de tais dificuldades, ou mesmo por medo das ameaças dos fazendeiros locais, ou ainda para tratar de temas sobre como se organizar para empreender ações contra o racismo, participar de audiências públicas que tratem da regularização fundiária quilombola, participar de encontros regionais e nacionais quilombolas etc.

Em todas as reuniões de que participei, o presidente sempre fez questão de deixar todos os membros cientes das etapas do processo de regularização fundiária, bem como fazia questão de fornecer o máximo de informações possíveis para que a deliberação coletiva fosse a mais esclarecida possível acerca dos problemas enfrentados e das soluções propostas.

As reuniões da associação de moradores e suas ações conjuntas com as associações de representação quilombola CONAQ e ACQUILERJ por vezes permitem pensar a atuação das associações na arena pública, sobretudo, quando há a publicização do problema, o que muitas vezes sugere participação coletiva.

Exemplo do que se diz foi a participação da comunidade de São Benedito, juntamente com outras comunidades quilombolas, numa audiência pública ocorrida no ano de 2016 no Rio de Janeiro, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), em que se discutia a constitucionalidade do decreto 4887/03, que regulamenta a titulação dos territórios quilombolas.

A participação das comunidades quilombolas foi incentivada pela CONAQ, ACQUILERJ e, além das comunidades, contou com a participação de organizações da sociedade civil, membros do ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, INCRA e representantes do agronegócio. Essa audiência foi noticiada em vários meios de comunicação, como mídias sociais, jornais impressos e digitais, bem como telejornais locais.

O desembargador André Fontes, que promoveu a audiência, atendeu a um pedido da CONAQ e não só permitiu às comunidades que participassem da audiência, como também ouviu representantes das comunidades quilombolas, lideranças da CONAQ, ACQUILERJ, membros da defensoria pública e advogados porta-vozes da Clínica Direitos Fundamentais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Essa situação mostra como a publicização de um problema gera visibilidade e ações de uma coletividade que passa a agir para a resolução das adversidades que enfrentam na cena pública. Através dessa publicização a sociedade e a opinião pública passam a ter contato com um problema que precisa ser resolvido (MONTEIRO, 2016).

No entanto é importante ressaltar que o processo articulatório entre os participantes da associação ou membros que estabelecem críticas à sua atuação não exclui conflitos, mas a maior parte de seus membros concorda em delegar ao presidente da associação a representação de seus interesses ao mesmo tempo em que buscam nele fontes informativas.

## **MOVIMENTOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO**

Para responder como se dá o processo de construção do sujeito político coletivo através das articulações em rede, o percurso teórico traçado foi refletir acerca da emergência de novos sujeitos de direito, a partir do momento em que os Novos Movimentos Sociais abrem caminho para reivindicações de direitos de grupos etnicamente diferenciados, como os quilombolas.

A formação do sujeito político coletivo se liga à cidadania, que por sua vez se relaciona com o princípio da igualdade, que está correlacionado à democracia.

No âmbito dos Novos Movimentos Sociais uma série de atores se engaja no sentido de lutar por uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária. Essa articulação alcança diferentes níveis, de modo que os universos das comunidades quilombolas e dos Novos Movimentos Sociais se inter cruzam. No caso da comunidade em questão uma “ponte” liga a cidade pequena às cidades maiores. Isso ocorre a partir do momento em que debates, formas de agir, informações e lutas, que vão desde a garantia de direitos já existentes até a criação de novos direitos, se estendem por uma rede que agrega em torno de si membros de comunidades quilombolas e diversos agentes externos que, articulados, buscam obter satisfação de suas demandas. Essa rede é capaz de agregar atores coletivos e heterogêneos em torno de projetos em comum.

Esses temas são importantes, uma vez que oferecem aporte adequado para pensar o campo de estudo.

Com o objetivo de construir um caminho viável para se responder às questões colocadas acerca de como se dá o processo de formação de um sujeito político quilombola através da articulação em rede desta comunidade, associações quilombolas e atores envolvidos é importante recorrer a orientações conceituais e teóricas sobre cidadania, pois a construção do sujeito político se liga à ideia de cidadania, que, por sua vez, está relacionada a um princípio de igualdade com a ampliação da democracia.

Pensar num sujeito político é pensar na participação. Quando se fala no sujeito político deve-se pressupor que tal sujeito possa intervir na história através de suas ações num nível político, ou seja, interferir na orientação da sociedade em que está inserido, através da participação. O sujeito político está nas relações de poder e se faz nas relações de poder. Seria um agir e falar em conjunto (ARENDT, 2003). Pensar a participação política dos sujeitos hoje é pensar numa forma na qual a voz não é dada, mas construída a partir da interação entre diferentes atores, criando formas eficazes de participação e espaços de articulação.

Pode-se entender um sujeito político como um sujeito que estende sua ação ao nível político, participando na orientação de seu meio social. Segundo Leite e Aragão (2010), a produção do sujeito político está atrelada à dimensão da cidadania de forma mais ampliada, numa relação de poder na qual a política pode ser entendida como campo estratégico onde se dão as relações de poder e de constituição do sujeito. O poder, entendido como estratégia e relação de força, é um poder que produz sujeitos (FOUCAULT, 2006).

Foucault (2004) coloca que o sujeito político pode ser compreendido como um sujeito de direito, seja em termos de direito positivo, que passa a existir a partir de um ordenamento jurídico, como, por exemplo, a Constituição Federal, seja em direitos naturais, inerentes a todos os homens. Nestas condições, o sujeito político está atrelado ao sujeito de direito, sendo assim, produzido a partir de um ordenamento legal.

As formas de constituição de um sujeito político estão ligadas ao modo pelo qual, nas relações de poder, se constituiu como sujeito da ação. Assim, toda relação com o outro é política, pois afeta o campo social e produz movimentos e respostas nas maneiras com que nos relacionamos com o outro e com a sociedade. O sujeito político como cidadão é constituído pelas relações de saber e poder (Idem).

O sujeito político é aqui pensado no nível da ação política, onde esse sujeito, através de formas de engajamento se organiza e age no sentido de lutar para que suas demandas sejam satisfeitas e seus direitos sejam reconhecidos e garantidos.

Dentro dessa perspectiva entendo o sujeito político no nível da ação. Ou seja, é um sujeito (que pode ser uma coletividade) que se agrega em torno de uma identificação política (a identidade nesse caso aparece como importante elemento aglutinador) e que se organiza de modo a empreender ações que garantam a satisfação de suas demandas.

## **REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Quando se fala em organizações articuladas em rede, pode-se pensar no fluxo e na transferência de informações, ou seja, como a informação circula e é usada como um recurso para lutar por melhores condições de vida. Nesta interação, alguns atores ocupam posições estratégicas tendo sua posição reconhecida pelos demais integrantes (MARTELETO, 2001).

As redes se originariam da necessidade de as pessoas estarem unidas pelo fortalecimento dos laços de identidade, formando-se a partir de grupos de interesses ou valores dos seus integrantes (MARTELETO 2001, p. 73). Para compreendermos a articulação dos atores envolvidos é importante levar em conta o conjunto de relações estabelecidas pelos indivíduos através de suas interações uns com os outros.

É importante deixar claro que essas entidades trabalham em parceria com as comunidades buscando difundir leis que protegem a população negra, além de representá-los junto às autoridades judiciárias. Também promovem encontros, reuniões, capacitações e projetos no intuito de informar a essas comunidades políticas direcionadas às mesmas, bem como informar sobre o andamento de processos de titulação territorial. Ainda atuam a fim de pressionar o poder público para acessar ou criar políticas públicas para estas populações. Nesta relação, são mobilizados ideias, recursos e ações com e para as comunidades quilombolas.

As contribuições empíricas e o aporte teórico apresentado permitem pensar como o sujeito político coletivo quilombola se forma, estando inserido em uma rede que agrega diferentes agentes, entidades e atores que se articulam e mobilizam no intuito de satisfazer suas demandas, unindo o universo da comunidade, localizada em uma cidade pequena, ao universo das cidades de maior porte através do contato com os agentes externos e membros ativos em algum movimento social, como por exemplo o movimento Negro.

Tais atores atuam tendo como pano de fundo o contexto dos novos movimentos sociais, que tendo a identidade como um dos seus elementos constitutivos, lutam pelo reconhecimento das diferenças e por uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, cujo acesso a direitos seja garantido, inclusive aos grupos etnicamente diferenciados, como os quilombolas (GHON, 2008).

Assim, a questão dos Novos Movimentos Sociais aparece relacionada ao processo de formação do sujeito político coletivo quilombola a partir do momento em que a influência desses movimentos, suas concepções, maneiras de agir, informações, conhecimentos e teorias chegam às comunidades através de agentes externos que com elas se relacionam.

O universo desses movimentos faz-se presente na vida comunitária através das práticas, projetos e discursos dos agentes que, em contato com membros das comunidades, proporcionam informação e conhecimento, o que muitas vezes resulta em ações que têm impacto real sobre ela.

## **ASSOCIAÇÕES COMO PALCO PARA MOBILIZAÇÃO**

Para pensar a construção do sujeito político das comunidades quilombolas é importante considerar o papel que desempenham as associações de moradores das comunidades, bem como as associações de representação quilombola nesse âmbito do fazer da autonomia e da luta por direitos.

É no contexto de interação das associações que ocorrem as negociações, o levantamento de problemas, a troca e circulação de informações e alianças. Pode observar que as associações de moradores, bem como as associações de representação quilombola, desempenham um papel importante na vida da comunidade.

Também é através da associação de moradores que as diversas entidades estabelecem contato com os moradores locais. Na comunidade de São Benedito, a associação de moradores desempenha papel-chave na articulação comunitária, na circulação de informações e na resolução de conflitos. Como a comunidade não está assentada em suas terras, a sede da banda marcial da cidade é palco para as reuniões.

Ainda nesse contexto de relacionamento entre associação de moradores e membros comunitários, há a presença das associações de representação quilombola, como a CONAQ e a ACQUILERJ. A CONAQ de escopo nacional e com núcleo de representatividade na cidade de Campos dos Goytacazes e a ACQUILERJ com sede no Rio de Janeiro.

A CONAQ e a ACQUILERJ estão presentes na comunidade e reuniões quando precisam informar sobre direitos, articular a comunidade para pressionar autoridades, promover capacitação, informar sobre encontros regionais e nacionais quilombolas, quando surgem problemas como problemas referentes titulação das terras, ameaça à perda de algum direito etc.

Nesse trato entre associação de moradores e associações de representação quilombolas, há circulação de informações e auxílio no estabelecimento de contato entre associações de moradores e outros agentes externos a essas comunidades, como, por exemplo, membros do Ministério

Público Federal, Defensoria Pública, INCRA, MDA, etc. Nessas relações as pessoas estabelecem alianças, entram em conflitos, trocam informações, unem-se para as lutas em comum; o coletivo passa a ter um sentido que integra as pessoas em torno de um objetivo como a garantia de direitos.

Nesse ínterim foi possível perceber que os membros comunitários com maior proximidade às associações de moradores, sobretudo às presidências das associações, eram mais informados sobre seus direitos, afirmavam a identidade quilombola com mais afinco, sabiam mais sobre os problemas comunitários, bem como os possíveis caminhos para resolvê-los, e eram mais engajados politicamente do que os membros com menor participação nas atividades. Esses revelavam pouco conhecimento sobre direitos, articulavam-se menos nas lutas pela garantia de suas demandas ou ainda tinham a questão da identidade quilombola como algo difuso.

Esse cenário é útil para pensar a importância das associações na prática da cidadania numa sociedade democrática. As associações seriam os lugares privilegiados para o exercício da cidadania, pois seriam capazes de orientar os saberes, virtudes e atributos cívicos, seriam capazes de formar cidadãos mais engajados, com oportunidades de pensar e agir coletivamente (CEFAÏ et al., 2011, p. 12)<sup>3</sup>.

Dentro dessa perspectiva as associações desempenham um papel-chave, visto que muitas vezes se estruturam em redes, trabalhando para reduzir as desigualdades sociais, garantir direitos ou fazer circular informações.

Ao participarem de grupos como as associações os indivíduos se envolvem em conexões sociais que geram redes de confiança, cooperação e comunicação. Esse processo faz com que o indivíduo não fique centrado em si e leva a uma expansão de seus horizontes de experiência. As associações aparecem como palco para o exercício da cidadania ao proporcionar a troca e circulação de saberes, práticas, modos de engajamento e cooperação. Elas são meios de sociabilidade e socialização (CEFAÏ et al, 2011).

“As associações são exatamente os nós das redes sociais. São verdadeiras incubadoras de relações sociais, que contribuem para criar as mais variadas frentes de aliança e oposição” (Ibid., p. 7).

Pensar em “arenas públicas” pode ser útil para compreender o contexto de ação e articulação coletiva em que operam as associações, que muitas vezes estão ligadas entre si por operarem para o enfrentamento de situações-problema. As associações estão constantemente ligadas entre si e em redes, e a outras instituições, como empresas privadas, mídia, agências públicas etc., e nesse contato formam relações de interdependência que envolvem troca, cooperação, conflitos e barganhas. Assim, a arena pública revela uma multiplicidade de espaços de interação e atores e caracteriza-se através das formas de mobilização coletiva (Ibid., p. 28-30).

## **PERCURSO METODOLÓGICO E A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA DE INVESTIGAÇÃO: ANÁLISE DAS REDES PESSOAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO BENEDITO**

Com esse panorama traçado será possível pensar o processo de surgimento do sujeito político através das redes pessoais e formas de engajamento dos atores em questão.

Para pensar a formação do sujeito político coletivo, bem como a busca pela autonomia desses sujeitos, o principal caminho metodológico foi, além do trabalho de observação participante e entrevistas, participar das reuniões das associações de modo a compreender melhor como se dava o processo de mobilização coletiva para chegar às redes que se formavam em torno da atuação de cada um desses agentes. Observou-se como a informação circula e como é utilizada por eles para a satisfação de suas demandas.

Para que tal quadro de análise fosse possível, metodologicamente na realização do trabalho de campo, partir para as redes de diálogo (REGINENSI, 1996) entre os moradores foi fundamental para pensar a participação e mobilização desses sujeitos.

Essa estratégia metodológica permitiu identificar como os membros das comunidades se articulam e qual é a proximidade e participação dos mesmos nas associações de moradores, bem como se configuram suas relações com as associações de representação e demais agentes externos presentes nessas comunidades.

Também foi aplicado um formulário a fim de identificar como se constroem as redes pessoais de cada entrevistado e como estes têm se mobilizado para ação política no que se refere à satisfação de suas demandas.

Assim, algumas questões pareceram importantes: como as decisões tomadas são influenciadas pela rede? Como se constroem e se mantêm as relações pessoais? Como as relações se modificam? O que as redes pessoais indicam? Que sistemas de relações se inscrevem em determinados contextos? (BIDART, 1997).

A pesquisa ocorreu entre os meses de março de 2017 a setembro de 2017. Além das pessoas que realizaram a entrevista, preenchendo o formulário de redes pessoais de diálogo, conversei informalmente com um número significativo de membros comunitários que, apesar de não estarem disponíveis para o preenchimento do formulário de redes, revelaram em conversas informais dados importantes no que se refere à obtenção de informação e quem são os atores que mais atuam informando sobre os temas de interesse da comunidade.

Para mapear as redes de diálogo de cada morador e entender como se dá o efeito multiplicador da rede de diálogos, no que concerne à circulação de informação nas entrevistas, foi apresentado um roteiro de entrevista que tinha quatro tópicos principais.

No primeiro deles era feita a identificação do entrevistado, através de seu perfil socioeconômico, sua história de vida, seu relacionamento com a comunidade, sua relação com o território e perspectivas de titulação, bem como sua participação ou não na associação de moradores; no segundo tópico o entrevistado listava até dez nomes de pessoas com as quais mantinha diálogo sobre as demandas comunitárias, principalmente a posse da terra; o terceiro tópico era composto por um esquema relacional onde o entrevistado se colocava em um círculo central e nomeava nos círculos a sua volta pessoas com as quais mais se relacionava; o quarto tópico era um formulário das redes pessoais do entrevistado, onde esse dedicava-se a detalhar seu relacionamento com cada pessoa listada.

Nesse esquema o entrevistado informava sobre cada pessoa: o tipo de relação (se era membro da família, amigo, vizinho, se tinha relação de trabalho, se era membro da mesma associação de moradores ou se era profissional da prefeitura). Esse item permitiu identificar os laços que unem os membros da rede e a influência da rede; sobre a frequência do contato, para saber se essa frequência influenciava na mobilização das pessoas ou na circulação de informações.

Questionar onde o entrevistado residia foi importante para localizar espacialmente os membros da comunidade que estavam dispersos pelos vários bairros da cidade de São Fidélis.

Também havia pergunta sobre o apoio informativo. A intenção era saber como a informação se espalhava e que tipo de informação era essa. Se havia algum tipo de apoio material, financeiro ou moral, para identificar o tipo de apoio e como esse apoio influenciava na relação dessas pessoas e se havia reciprocidade entre esses sujeitos. A questão da reciprocidade visava entender como a relação era percebida e acordada pelas partes em relacionamento.

De posse desses dados foi possível traçar a rede pessoal de cada entrevistado e a partir dela a rede que se tece em cada comunidade. Foi também possível identificar como se dava a troca de informações, quais eram a natureza e a intensidade das ligações entre os atores, como percebiam a relação estabelecida, o número de indivíduos que compunham a rede, as múltiplas relações entre eles, a coesão, ou seja, a confiabilidade entre esses atores, o número de ligações entre essas pessoas, quem eram os atores centrais e quem eram os responsáveis por dinamizar a informação dentro da rede (nomes mais citados).

Esses dados resultaram num desenho esquemático da rede de diálogos que se tece na comunidade – Figura 2.

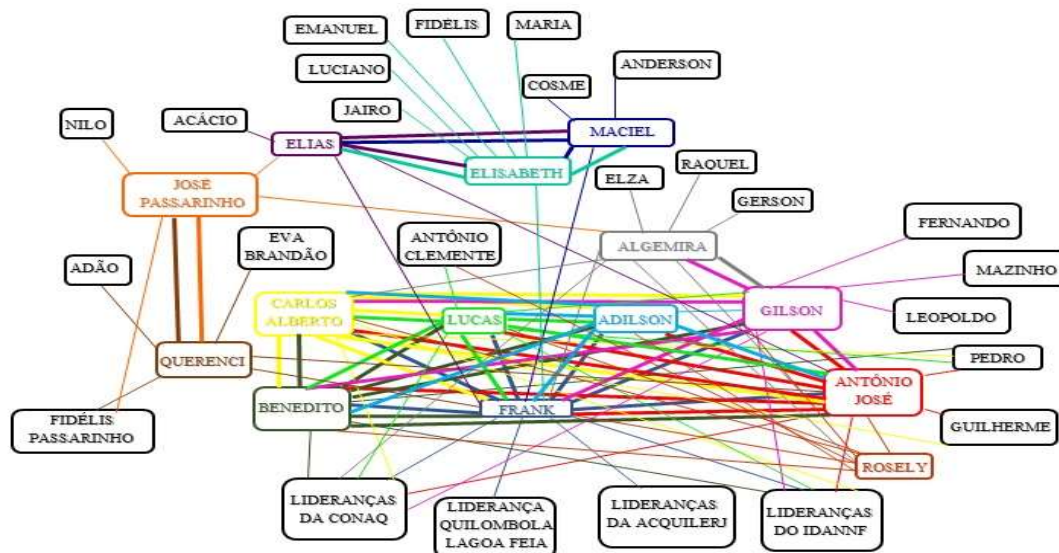
O objetivo do desenho é deixar claro como se ligam os atores, e como suas relações se dão, de modo a auxiliar na compreensão de como o sujeito político coletivo pode formar-se a partir de uma rede de diálogos que tem efeito multiplicador. Isso ocorre a partir do momento em que um ator, ao informar-se, permite que por meio do diálogo as outras pessoas de sua rede também se informem.

Partindo do princípio de que a informação propicia a ação, temos sujeitos que se mobilizam coletivamente buscando a satisfação de suas demandas.

A Figura 2 é uma ilustração das redes de diálogo dos membros entrevistados da comunidade São Benedito. Cada entrevistado está ligado com uma cor específica à pessoa com quem mais mantém contato e dialoga sobre as demandas comunitárias. Isolando as cores é possível desvendar a rede pessoal de cada um. As pessoas ligadas com traços de espessura mais grossa são pessoas

que se citaram mutuamente. Isso significa que as relações são mais densas e gozam de maior nível de confiança.

Figura 2 – Esquema das redes pessoais da comunidade São Benedito



Fonte: a autora

Os membros comunitários têm mantido, principalmente, como sua rede de relações família, amigos e membros da mesma associação de moradores. A rede que se tece em torno de cada morador configura-se de maneira que cada sujeito se mantém em contato constante uns com os outros. Esse contato, muitas vezes através de telefone ou mensagens de texto no aplicativo *WhatsApp*, permite que as informações trocadas se espalhem pela rede. A origem da informação na maioria das vezes é a reunião que ocorre mensalmente.

Quanto às possibilidades de mobilização, apesar de estar morando em bairros diferentes os quilombolas da São Benedito estão em constante interação. Isso deve-se a laços de amizade, vizinhança, relações de compadrio, parentesco e matrimônio, e ao fato de pertencerem à mesma associação de moradores.

Com relação às condições de moradia, a maior parte das famílias vive em casa alugada, sendo poucas as famílias que possuem casa própria. O fato de morarem de aluguel faz com que muitos moradores transitem por diversos bairros.

A análise das entrevistas revelou que alguns atores mais se destacam por articulações, não apenas entre eles, mas com instituições de representação quilombola, como a CONAQ e o IDANNF. Esse pequeno grupo de atores está em constante interação. Esses sujeitos revelaram ter grande proximidade e relação de amizade com a liderança, o presidente da associação: Frank. São eles: Antônio José, Carlos Alberto, Gilson, Lucas, Benedito, Adilson, Rosely e Algemira.

As informações, conversas e decisões circulam primeiramente nesse grupo para depois expandir-se e alcançar os demais atores. Esse grupo também tem maior proximidade com associações de representação quilombola. Os integrantes desse grupo mais coeso constantemente participam de ações, eventos e formações promovidas por instituições atuantes nos movimentos sociais. Por isso, com eles é possível encontrar significativo material informativo, como folhetos e cartilhas, que contém majoritariamente temas agrários, relativos ao acesso à terra ou à produção agrícola.

O fato de esse grupo de pessoas participar mais ativamente de eventos e cursos de formação e estar em contato mais constante com pessoas ligadas aos movimentos sociais não quer dizer que haja um favorecimento por parte da liderança. Foi possível perceber que essas pessoas são as que mais buscam informações<sup>4</sup>, seja por meio da associação, interpelando a liderança para saber sobre

o caminho e andamento do processo, sobre a lei, sobre produção agrícola, dentre outros temas ligados às demandas comunitárias, seja por outros canais, como livros, internet, cursos ou contatando pessoas que possam esclarecer suas dúvidas. Suas investidas para sanar dúvidas e buscar informações estão para além da associação de moradores.

Esse grupo muitas vezes se reúne para trocar informações, traçar estratégias e até mesmo discutir a organização da associação de moradores, dúvidas e temas a serem tratados nas reuniões. Alguns membros que desejam acompanhar mais de perto o processo, ou adquirir mais conhecimento sobre a questão fundiária, legislação etc. fazem viagens a Brasília ou a cidades maiores onde cursos de formação são oferecidos por organismos como FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) e CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

O fato de haver um grupo que mais se mobiliza e articula não quer dizer que os demais membros da comunidade não busquem informações. No entanto, esse processo ocorre de maneira mais tímida. As informações trocadas muitas vezes circulam no seio das famílias, de amigos ou vizinhos próximos e se dão no meio de conversas informais. Esse fato não diminui, porém, a importância das redes de contato pessoais para que a informação circule.

Ocorre também que a maioria das informações obtidas pelo grupo que mais se articula chega aos demais membros da comunidade. Nas conversas informais, a informação vai se espalhando. Um informa ao outro, e assim sucessivamente, até que as informações alcancem toda a extremidade da rede. O grupo com maior articulação compartilha os conhecimentos adquiridos, além de explicar melhor aos demais companheiros temas tratados nas reuniões que não ficaram muito claros.

Há, no entanto, pessoas que frequentam as reuniões e que são mais afastadas do grupo que mais se articula, da liderança, ou de outros membros comunitários que estão fazendo contatos e buscando informações. Essas pessoas informam-se participando das reuniões, mas não há uma mobilização significativa no tocante à busca da informação ou para empreender qualquer ação no sentido de satisfazer às suas demandas relativas à posse da terra. É um grupo mais passivo, que participa das reuniões, mas não se mobiliza muito. Suas informações relativas à demanda territorial e aos direitos quilombolas são basicamente as veiculadas na reunião.

A identificação de diferentes grupos que se mobilizam de diferentes formas revela que a rede pessoal de cada ator é composta por suas relações, bem como a maneira pela qual essas relações se estabelecem. Pessoas mantêm relações entre si, mas esse relacionamento não se dá entre todos os atores. Isso explica o fato de que na rede de diálogo identificada na comunidade São Benedito há pessoas em interação mais constante, e com um maior número de conexões, e pessoas que não possuem tantas conexões.

A estrutura da rede que se desenha entre os quilombolas da comunidade São Benedito revela que os atores que têm centralidade e os que têm maior interação entre si têm um meio social mais amplo e mais heterogêneo, transitam por diferentes cidades de médio e grande porte devido ao fato de frequentarem ambientes onde a questão política, quilombola e a dos negros está em debate; frequentarem cursos promovidos por instituições atuantes nos movimentos sociais; por estarem em contato com outras realidades de comunidades quilombolas e devido à variedade de contatos que estabelecem com pessoas de fora da comunidade, dentre elas políticos, lideranças de associações de representação quilombola, universitários, pesquisadores etc.

Os atores cuja rede de diálogo se restringe a pessoas da comunidade, família, amigos e vizinhança têm um meio social mais reduzido e homogêneo, pois seu ambiente se restringe mais à cidade de São Fidélis e adjacências; frequentam menos espaços onde têm contato com as questões já citadas e as pessoas com quem mantêm maior ligação são membros da mesma associação de moradores ou pessoas com círculo de relacionamentos semelhantes.

Pode-se dizer que as pessoas mais ativas em buscar conhecimento, se organizarem e empreenderem ações para mudar a realidade da comunidade assumiram os papéis que hoje desempenham a partir do momento em que perceberam a necessidade de informação e o uso que desta podem fazer para garantir a regularização fundiária uma fonte de possibilidades. O conhecimento adquirido, que oferece horizontes de ação e ganho coletivo, também passa a ser utilizado na vida pessoal à medida que essas pessoas passam a estar mais cientes de seus direitos e são capazes de ações para reivindicar o acesso a estes.

Os atores da comunidade São Benedito constroem suas redes no contexto da luta pela terra. As relações pessoais orientam as possibilidades de escolha do ator e a composição e estrutura da rede revela o caráter dessas relações, ou seja, como cada sujeito se inscreve no seu meio social, como será sua atuação para obter a posse das terras, a forma como se mobiliza com os demais para alcançar o reassentamento. O que nos mostra que a evolução de cada sujeito e suas redes de contato não é a mesma.

No esquema revelado no desenho da rede, há os atores que estão em interação mais constante e essa interação propicia mais informações e formas de agir no sentido de alcançar a satisfação das demandas comunitárias. A informação que circula entre esses sujeitos depois se dissipa pela extensão da rede.

Na comunidade São Benedito a rede permite a ampliação de recursos disponíveis através da ação do grupo que mais se articula, à medida que este empreende ações no sentido de dissipar a informação pela extensão da rede e de maneira concreta atua para garantir o reassentamento e a titulação das terras.

Em conversa informal com pessoas que frequentam as reuniões da associação, os mesmos nomes que apareceram como atores com maior gama de contatos no esquema de redes foram revelados como principais fontes de informação sobre a situação da regularização fundiária ou quaisquer outras demandas comunitárias.

É possível perceber também que esses sujeitos que mais se articulam transitam por mais espaços e mantêm contato e diálogo com membros de instituições de representação quilombola ou que atuam em defesa das populações negras. Instituições essas que, por sua vez, mantêm interação constante com pessoas atuantes em movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado.

A ampliação desses contatos permite que pautas, informações e formações partam de um universo maior (o dos movimentos sociais) e cheguem ao universo menor da comunidade quilombola por meio da associação de moradores ou de seus membros mais articulados.

Daí perceber que quanto mais próximos da liderança da associação de moradores (que mantém contato constante com outras lideranças quilombolas, representantes de movimentos sociais, associações de representação quilombolas) maior o número de relações estabelecidas e quanto mais estreito for o contato entre os atores mais informação estes têm ao seu alcance.

Atuantes como elos da rede esses atores dinamizam a informação que chega a toda a extensão da rede de forma indireta, isto é, um ator informa o outro. Ou seja, as redes pessoais indicam um trânsito de informação que não se concentra apenas num grupo que mais se mobiliza ou mantém contato mais constante. Mesmo havendo atores que possuem rede de diálogo menor, a informação é capaz de chegar a toda a extensão da rede.

No caso estudado, a presidência da associação de moradores ocupa um lugar de destaque nesse processo de circulação de informação, uma vez que esta liderança está em contato com o universo mais amplo dos movimentos sociais, mune-se de informação, conhece diferentes maneiras de agir, presencia a publicização das demandas das populações negras e quilombolas e transmite o conhecimento adquirido nesse meio aos demais integrantes da associação.

Na comunidade São Benedito, a associação de moradores agrega em torno de si pessoas que estão dispersas pela cidade de São Fidélis e que de outra maneira dificilmente se encontrariam ou se mobilizariam para satisfazer às suas demandas de reassentamento e regularização fundiária.

Mesmo os membros da associação que se mobilizam menos ou mantêm uma rede de relacionamentos menor têm contato, de uma forma ou de outra, nas reuniões, com informações e debates sobre temas que de outra forma não teriam.

Assim, mesmo aqueles atores com uma rede de diálogo menos extensa têm acesso a temas importantes para a população negra, que acabam sendo tratados durante os encontros mensais da associação.

Embora estejam dispersos em bairros diferentes, os membros da comunidade são capazes de articularem-se e agirem como uma coletividade, uma vez que têm em comum o objetivo de retornar às terras da fazenda São Benedito, território reivindicado por eles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As articulações dos membros da comunidade quilombola de São Benedito com os agentes externos revelaram uma rede que se tece em torno de múltiplas formas de engajamento, resultantes do fluxo de informação compartilhada pelos atores.

Nesse processo há que se considerar os esquemas relacionais de cada ator e como estes evoluem para entender melhor como esses atores se inscrevem na sociedade, ou seja, como se dão as relações com os movimentos sociais e as instituições.

Podemos dizer que os sujeitos se inscrevem num universo permeado de influências. O sujeito político não se forma sozinho. O sistema de relações analisadas aqui se inscreve no contexto de trocas, informações e ações de diferentes agentes e sujeitos no qual os membros comunitários fazem parte de uma rede que extrapola os limites da pequena cidade de São Fidélis, e em que não estão sozinhos, mas que circunscreve agentes externos, movimentos sociais, e instituições.

Em suma, a dispersão da rede de atores interligados ultrapassa os limites das respectivas comunidades. Assim se faz o processo de formação do sujeito político coletivo.

Esse sujeito político coletivo que se forma tem forte influência dos movimentos sociais, pois as relações que se estabelecem entre atores têm como cenário a luta por melhores condições de vida e acesso a direitos. E é no âmbito dos Novos Movimentos Sociais que há a emergência de novos sujeitos de direito.

Dentro dessa perspectiva, universos micro, como as comunidades quilombolas, e macro, como o dos movimentos sociais e instituições, estão estritamente ligados. A influência dos movimentos sociais, suas formas de ação e pessoas desse meio circulam nas comunidades alcançando seus membros; e as instituições, por sua vez, ligam-se a esses sujeitos através dos cursos e processos informativos, da legislação, das políticas públicas etc.

Por outro lado, o universo micro das comunidades pode viabilizar a ação de seus membros nos espaços citados, uma vez que há sujeitos que, munidos de conhecimento e engajamento, podem passar a atuar nas esferas citadas. Podemos dizer que o sujeito político cresce com seu entorno.

Destarte, podemos concluir que as redes pessoais se ligam ao coletivo, como os movimentos sociais, e estes, por sua vez, influenciam os indivíduos e suas relações em rede de forma a possibilitar que esses se mobilizem coletivamente formando um sujeito político.

A análise das redes pessoais revelou como os atores no seu processo de comunicação em grupos lançou mão de recursos para acessar o conhecimento necessário para pautar suas ações, fazendo com que o conhecimento atingisse vários pontos da extensão da rede.

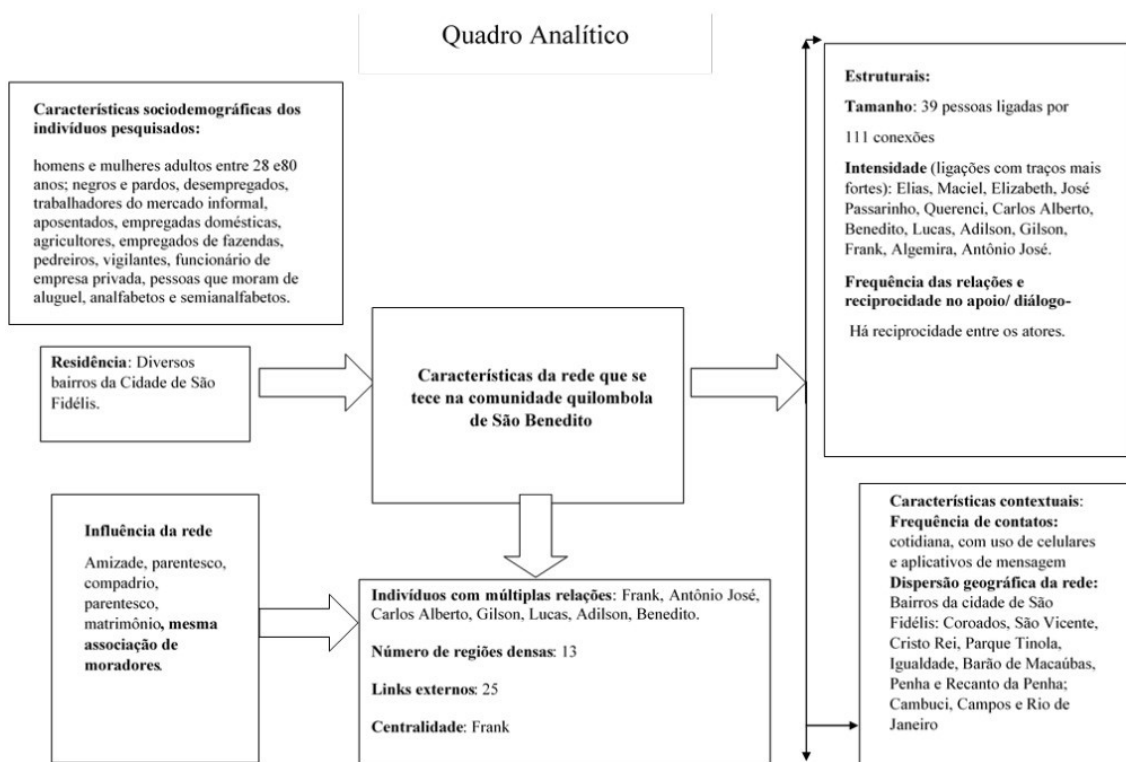
Há membros comunitários que mais estabelecem articulações, que mais se mobilizam e que estão mais próximos à presidência da associação de moradores. Esses sujeitos, responsáveis pela dinamização das redes, demonstram ter maior conhecimento sobre temas tanto comunitários, quanto de seus interesses. Esse acesso ocorre, como já dito anteriormente, devido a uma busca pessoal por informações e à proximidade de agentes externos, como universidades, associações de representação quilombola, entidades e atores que atuam em movimentos sociais. Sendo assim, esses indivíduos muitas vezes estão à frente das iniciativas comunitárias, seguidos pelos demais membros.

Por sua vez, há pessoas que demonstraram menos iniciativa quando se trata de buscar e acessar informações. Essas pessoas também estão mais distantes das presidências das associações e/ou dos agentes externos; mas mantêm-se em contato com outros membros das associações, o que lhes permite manterem-se informados. Isso, no entanto, não diminui sua importância dentro das redes em questão, pois a informação chega a essas pessoas que as repassam em diálogo a outras, e assim perpetuam o conhecimento dentro das redes.

As redes de diálogo que se formam nas comunidades pesquisadas têm significativa influência na formação do sujeito político coletivo. Para isso, um olhar crítico, munido de conhecimento, é fundamental. E, no caso da rede em questão, esse conhecimento é buscado e alcançado por membros comunitários que se articulam, fazem contatos e dissipam informação para o restante da comunidade.

Nesse contexto, o sujeito político coletivo é aquele que participa, que intervém no curso dos acontecimentos através de suas ações (ARENDT, 2003). Suas vozes são construções coletivas oriundas das interações, mobilizações e articulações entre diferentes atores que resultam em formas eficazes de participação e ação.

Sendo assim, podemos concluir que a comunidade de São Benedito é um caso onde a construção do sujeito político coletivo está em curso a partir da interação e mobilização dos atores ligados em uma rede, que possui efeito multiplicador, ou seja, a partir do momento em que um ator se informa, essa informação é replicada de modo que sua rede de contatos também alcança o conhecimento.



Fonte: a autora.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Elísio de. *Através de meio século*. São Paulo, 1932.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- BIDART Claire. *L'amitié: un lien social*. Éditions La Découverte, Paris, 1997, p. 181-232. (La Découverte, Hors collection Sciences Humaines).
- CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF, 2011.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, M. (Org.). *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. v. 5, p. 264-287. (Coleção Ditos & Escritos).
- \_\_\_\_\_. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.
- LEITE, L.; ARAGÃO, E. M. A. *O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão*. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 22, p. 543-556, 2010.
- LIFSCHITZ, Javier. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 67-85, 2006.
- MALHEIROS, Márcia; O'DWYER, Eliane Cantarino. *Relatório Antropológico da comunidade de São Benedito – São Fidélis-RJ*. Rio de Janeiro: INCRA; UFF; FEC; 2009.

- MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.* [online], 2001, v. 30, n. 1, p. 71-81. ISSN 0100-1965. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- MONTEIRO, Túlio Gava. *Do privado ao público em um contexto de injustiça ambiental: um estudo de duas comunidades às margens do canal da Costa Vila Velha* (ES, Brasil). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2016.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REGINENSI, Catherine. *Vouloir la ville: du business à la citoyenneté en Guyane française*. Montpellier: Editions de l'Espérou, Ecole d'architecture, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A la rencontre des vendeurs ambulants et autres informels*. Sarrebruck: Editions Universitaires Européennes, 2012. p. 143-160.
- \_\_\_\_\_. GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques. Vendedores ambulantes no Rio de Janeiro: experiências urbanas e conflito pelo uso do espaço. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 2, 2008, São Paulo. Temática 4 Arquitetura de negócios: comércio ambulante. CD-ROM ISBN 9788588126633.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, cidade espetáculo- O projeto Orla Rio: que sustentabilidade é essa? In: CABRAL, M. F. M. G ; LIMA FERNANDES, L ; MAIA, R. (Org.). *Interloquções urbanas, cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Editora Arco Iris, 2008. p. 141-160.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- SANTOS, Milton. Território e dinheiro. *GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- <sup>1</sup> O termo “agentes externos” é utilizado pelo Dr. Javier Alejandro *Lifschitz* para caracterizar agentes governamentais ou não governamentais, como fundações, institutos, ONGs, universidades e movimentos sociais que atuam em comunidades quilombolas e promovem ações que vão desde o resgate da história local, perpassando pela exposição das políticas direcionadas aos quilombolas, valorização de sua identidade, organizações de encontros de articulação comunitária para a luta política pela garantia da cidadania e acesso a terra, entre outras. Pode-se considerar que estes agentes são mediadores entre as comunidades e o Estado, uma vez que, de acordo com seus discursos, suas ações visam formar e articular politicamente esses sujeitos para acessar os direitos constitucionais.
- <sup>2</sup> Durante a primeira metade do século XIX a maior parte da população era indígena.
- <sup>3</sup> As referências do autor Cefaï (2012) que estão citadas no texto são tradução do texto original em francês intitulado: *Ethnographies de la Participation*, do mesmo autor, realizadas por Monteiro (2016), em sua dissertação de mestrado intitulada: *Do Privado ao Público Em Um Contexto De Injustiça Ambiental: um estudo de duas comunidades às margens do Canal da Costa – Vila Velha* (ES, Brasil).
- <sup>4</sup> A lei e os demais recursos utilizados pelos atores, como livros, internet e cursos podem ser vistos como actantes não humanos no sistema de relações que se inscreve dentro da rede, uma vez que esses dispositivos não humanos influenciam no comportamento humano e são capazes de intermediar o fluxo de informação que circula no ambiente da rede. Os actantes não humanos acabam sendo um meio para se atingir os objetivos em questão. (LATOUR, 2012).